20.10.2016), de modo que não há falar em ofensa ao art. 30 da Lei 9.504/97. 5. É inviável, no caso, a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, por se tratar de falha de natureza grave e que extrapola os parâmetros quantitativos fixados pela jurisprudência do TSE, não sendo possível a aprovação das contas com ressalvas. 6. A jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que "a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade pressupõe que (a) os valores considerados irregulares não ultrapassem o valor nominal de 1.000 Ufirs (R\$ 1.064,00); (b) as irregularidades, percentualmente, não podem superar 10% do total; e (c) as irregularidades não podem ter natureza grave" (AgR-REspEI 0601306-61, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 23.11.2020). 7. Ante a compatibilidade de entendimentos entre o Tribunal a quo e esta Corte Superior, aplica-se o entendimento sedimentado no verbete sumular 30 do TSE. CONCLUSÃO Agravo regimental a que se nega provimento. (TSE - AREspE: 06075685920186260000 SÃO PAULO - SP 060756859, Relator: Min. Sergio Silveira Banhos, Data de Julgamento: 24/02/2022, Data de Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 44)

De conseguinte, invoca-se o verbete sumular nº 30 do TSE:

"*Não se conhece de recurso especial eleitoral por dissídio jurisprudencial, quando a decisão recorrida estiver em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral*", cujo teor "*pode ser fundamento utilizado para afastar ambas as hipóteses de cabimento do recurso especial, quais sejam, afronta à lei e dissídio jurisprudencial*" (TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 060031447, Relator Min. Sergio Silveira Banhos, DJe19.5.2021).

Não fosse isso, a modificação da conclusão assentada pelo aresto recorrido exigiria, necessariamente, o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do recurso especial, a teor do enunciado nº 24 da súmula do c. Tribunal Superior Eleitoral.

Do exposto, com arrimo no § 1º do artigo 278 do Código Eleitoral, inadmito este recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Após, preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Vitória (ES), 24 de abril de 2025.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Presidente do TRE-ES

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATOS

ATO Nº 88 , DE 24/04/2025

O DESEMBARGADOR CARLOS SIMÕES FONSECA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o contido nos autos SEI nº 0006980-90.2020.6.08.8000,

CONSIDERANDO:

- 1) As atribuições regimentais previstas no art. 11, XVIII e art. 14, III da Resolução TRE/ES 147/2019;
- 2) A publicação da Portaria Conjunta nº 174/2025, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e do Corregedor Regional Eleitoral do Espírito Santo, que trouxe nova regulamentação do exercício do poder disciplinar no âmbito deste Tribunal,

RESOLVE:

I - REVOGAR o Ato nº 423/2024, que estabeleceu a atual composição da Equipe para atuar em processos de Sindicância e/ou Processos Administrativos Disciplinares (PAD) no âmbito da Sede e dos Cartórios Eleitorais do Estado;

II - INSTITUIR Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do TRE/ES, com o objetivo de apurar irregularidades praticadas por servidores das unidades da Sede;

III - DESIGNAR os seguintes servidores para compor a referida comissão:

- CLAUDIO GOMES CAPETINI (SAO);
- DELTON LUIS ALVES BISSOLI (SAO);
- MARILDO FERREIRA PENHA (SAO);
- NADIA NAIRA RITER DE ALMEIDA (SAO);
- ALESSANDRA GRATIVOL VENTURI (SGP);
- BRUNO AIRAO DESTEFANI (SGP);
- FERNANDA DA SILVA GARCIA (SGP);
- RENATO MENEGUELLI PECHINHO (SGP);
- CELIO VIVAS COSME (SJ);
- LEONARDO APARECIDO ROSA DOS SANTOS (SJ)
- MILENA NIRELLI SANTOS RIBEIRO (SJ);
- SIMONE AQUINO VIDIGAL (SJ);
- DIRCEU ROQUE ZANOTELLI JUNIOR (STI);
- EDUARDO FERREIRA COSTA (STI);
- FABIANO BAPTISTA CASTIGLIONI (STI);
- ROMMEL BAIA SILVA (STI).

DES. CARLOS SIMÕES FONSECA

PRESIDENTE

ATO Nº 84, DE 24/04/2025

Dispõe sobre a Remoção de servidores e a Redistribuição de cargos de provimento efetivo no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, DES. CARLOS SIMÕES FONSECA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos artigos 36 e 37 da Lei n. 8.112/1990, no art. 20 da Lei n. 11.416/2006 e na Resolução TSE n. 23.701/2022, resolve:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A remoção de servidor ocupante de cargo efetivo, que pertença aos Quadros de Pessoal da Justiça Eleitoral e às lotações deste Tribunal, bem como a redistribuição de cargos entre o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e outros Tribunais Eleitorais ou outros órgãos do Poder Judiciário da União, dar-se-ão na forma de Resolução própria vigente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, de forma complementar e subsidiária, nos termos deste Ato.

Parágrafo Único. Para os fins deste Ato, consideram-se lotações do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo a sua Secretaria e as Zonas Eleitorais de sua jurisdição.

Art. 2º. Caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal instruir os procedimentos administrativos necessários à realização de quaisquer das modalidades de remoção e redistribuição.

TÍTULO II - DA REMOÇÃO

CAPÍTULO I

DA REMOÇÃO DE OFÍCIO

Art. 3º. A remoção de ofício de servidor ocorrerá sempre no interesse da Administração deste Tribunal e poderá ser por ela revista a qualquer tempo.

§1º. A Administração deste Tribunal analisará a possibilidade de divulgar, previamente, a sua intenção de promover a remoção de ofício devida, para que servidores eventualmente interessados possam se apresentar.

§2º. Havendo mais de 01 (um) interessado, a Secretaria de Gestão de Pessoas procederá à classificação, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos em Resolução própria do TSE para a remoção por concurso, mas caberá à Administração deste Tribunal, de acordo com as justificativas que consignar no procedimento administrativo específico, a escolha do servidor que será removido de ofício.